



# SINDILURB

IMPRESSO

## NOTÍCIAS

Informativo do Sindicato das Empresas de Coleta, Limpeza e Industrialização de Resíduos de Minas Gerais

**FIEMG**

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais  
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

EDIÇÃO 46 - ABRIL DE 2021

## Vacina para trabalhadores da limpeza urbana representa saúde para toda a sociedade



Sindilurb segue reivindicando a inclusão dos trabalhadores das empresas de coleta e limpeza urbana como grupo prioritário na Campanha Nacional de Imunização. [Página 2](#)

IMUNIZAÇÃO

### Seminário Nacional de Resíduos Sólidos

Realizado pela ABES com patrocínio do Sindilurb, seminário discute desafios do setor diante da pandemia do novo coronavírus e aborda experiências internacionais. [Página 3](#)

ENTREVISTA

### Grupo de Trabalho de Saneamento

Secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, Marília Melo, aponta as principais medidas do Estado para ajudar municípios cumprirem novo Marco Legal do Saneamento. [Página 4](#)



## EDITORIAL

## Vacina para o setor deve ser prioridade

Um ano se passou desde o início dessa grave pandemia que assola todo o planeta e o Brasil ainda vive momentos dramáticos para conter a expansão da Covid-19 e garantir a vacinação da população. Já são mais de 300 mil mortes representando um triste e desafiador cenário para todos.

Desde o início da pandemia, o Sindilurb vem tomando frente para garantir a segurança dos trabalhadores das empresas de limpeza urbana, orientando aos associados quanto às medidas necessárias para evitar o contágio, reforçando a importância do uso correto de EPI's, realizando campanhas para arrecadação de máscaras dentre outras medidas. Tudo isso somado a todo o suporte legal e administrativo aos nossos associados, para juntos contornarmos a situação e manter a continuidade da prestação de nossos serviços.

Nesta edição trazemos mais detalhes sobre as negociações para inclusão dos empregados das empresas do setor na Campanha Nacional de Imunização, iniciada pelo Sindicato ainda em janeiro, em ofício encaminhado ao Governador de Minas, Romeu Zema e ao Presidente da FIEMG, Flávio Roscoe, para ampliar os esforços em garantir a vacinação. Fomos notificados da possibilidade de uma greve dos trabalhadores, entendida como uma reivindicação às autoridades responsáveis pela vacinação no Estado e no país.

Você confere também como foi a participação do Sindilurb no 14º Seminário Internacional de Resíduos Sólidos e 1º Painel Internacional de Resíduos Sólidos realizados pela ABES, que reuniu especialistas de todo o Brasil e do mundo. Foi um troca de experiências incrível, na qual pudemos conhecer o nosso papel na destinação de Resíduos Sólidos no cenário da América Latina e Europa para entendermos o quanto ainda temos a evoluir.

Trazemos ainda uma entrevista exclusiva com a Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, Marília Melo, que traz detalhes sobre as estratégias do Governo de Minas para auxiliar aos municípios no cumprimento do novo Marco Legal do Saneamento.

**Boa leitura!**



**Maurício Sigaud Ferreira, presidente**

# Vacina para trabalhadores do setor de limpeza urbana

Serviço é essencial para a saúde e profissionais estão na linha de frente



Desde o início da Campanha Nacional de Imunização, em janeiro deste ano, o Sindicato das Empresas de Coleta, Limpeza e Industrialização de Resíduos de Minas Gerais - Sindilurb/MG reivindicou a inclusão dos trabalhadores do setor como público prioritário para a vacinação contra a Covid-19. Por meio de reuniões e ofícios para governador de Minas Gerais, Romeu Zema e outro ofício com mesmo objetivo foi endereçado ao presidente da FIEMG, Flávio Roscoe, para reforçar o pedido. Em resposta, Romeu Zema ressaltou que considera justo o pedido.

No documento, o presidente do Sindilurb, Maurício Sigaud Ferreira, salienta que o serviço não foi interrompido desde o início da pandemia, incluindo a coleta de Resíduos de Saúde. “Esses profissionais, juntamente com os profissionais da saúde, compõem a principal barreira sanitária contra essa e outras epidemias, cabendo aos mesmos, a prioridade, também, na vacinação contra o novo coronavírus”, argumenta.

O Sindilurb chegou a ser notificado pelas entidades representativas dos trabalhadores, Sindaec e Sindiasseso, no final de março, com indicativo de greve da categoria.

A diretoria do Sindilurb realizou reunião com o novo Secretário de Estado de Saúde, Fábio Baccheretti, empossado no último dia 12, onde foi apresentada novamente a reivindicação, no intuito de evitar uma possível greve. Baccheretti, no entanto, reafirmou que segue as diretrizes do governo federal. O Secretário assumiu o compromisso de intervir junto ao Ministério da Saúde. O Sindilurb continua discutindo a proposta, buscando meios para garantir a imunização dos trabalhadores que operam na linha de frente dos serviços de limpeza urbana.

Para imunizar os profissionais do setor, com as duas doses da vacina, são necessárias 20 mil doses para os trabalhadores da limpeza urbana em Minas Gerais. “O Sindicato compreende a importância da reivindicação, mas cabe aos governos atenderem à pauta. Nossa missão é atender às regulamentações junto às empresas do setor, pleiteando junto aos municípios. As empresas estão cumprindo em tudo que são exigidas pela lei para garantir a segurança dos trabalhadores e de toda sociedade”, argumenta o presidente do Sindilurb.

O presidente da FIEMG, Flávio Roscoe, também defendeu o pleito dos profissionais da limpeza pública, reafirmando que o setor faz parte da indústria. “Eu não somente concordo com a inserção dos trabalhadores na lista de prioridades na imunização, como também vamos ser mais um a defender esse pleito. Os trabalhadores da limpeza urbana também são considerados trabalhadores da indústria, pois a reciclagem é industrial, porém estão na 29ª prioridade, a última do país. Depois que todos os outros 28 grupos de risco forem vacinados. Eu acho que o pleito é legítimo já que a exposição é contínua ao lixo urbano, que a maior parte hoje, pode ser considerada contaminada, pois tem um percentual significativo da população infectada que está em casa, não só em hospitais”, salienta Roscoe.

Por fim, cabe ressaltar que a diretoria do Sindilurb está tomando todas as providências no sentido de viabilizar a vacinação dos profissionais que trabalham na limpeza urbana, por se tratar de um serviço essencial e integrante da linha de frente no combate à Covid-19.



EXPEDIENTE  
**SINDILURB NOTÍCIAS**

DIRETORIA DO SINDICATO DAS EMPRESAS DE COLETA, LIMPEZA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS DE MINAS GERAIS – SINDILURB/MG

[sindilurb.mg](https://www.instagram.com/sindilurb.mg)  
[sindilurb.mg](https://www.facebook.com/sindilurb.mg)  
[www.sindilurb.com.br](http://www.sindilurb.com.br)

TRIÊNIO 2021 / 2024

Rua do Ouro, 33, sala 502, 5º Andar - Serra  
Belo Horizonte/MG - Telefone: (31) 3291-5460

Presidente: Maurício Sigaud Ferreira

Vice-Presidente: Marcos Vinicius Rocha Savoi

Diretor Administrativo-Financeiro: Arthur Alves de Brito

Diretor de Expansão e Mercado: Renato Ferreira Malta

Diretor de Relações Trabalhistas: Ben Hur Silva de Albergaria

Diretor Técnico: Alan Pierre de Espíndula Vieira

Diretor de Resíduos de Serviços de Saúde: Mário Sérgio Carvalho Paulino Vasconcelos Costa

Diretor de Resíduos Industriais: Thiago Andrade Magela

Diretores Adjuntos: Gilson Vilela, Daniel Prates Ribeiro

Conselho Fiscal: Walter Ferreira Soares, Raphael Rennó Góes, Paulo Antônio Moreira Avelar

Suplentes do conselho fiscal: Pedro Walter Resende de Carvalho, Ivan De Filippo, Alberto Magno Rocha Filho

Delegados efetivos junto à Fiemg: Maurício Sigaud Ferreira, Marcos Vinicius Rocha Savoi

Delegados suplentes junto à Fiemg: Pedro Henrique Vieira Savoi, Alexandre Ferreira Braga

Tiragem informativo: 1000 exemplares

Produzido pela: ARTICULAÇÃO COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA - Tel.: (31) 3594-4490



# Seminário Nacional de Resíduos Sólidos debate desafios do setor

Evento apresentou soluções, com troca de experiências entre diversos países

O cenário recente de resíduos no Brasil, as alterações demandadas pelo novo Marco Legal e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU foram temas debatidos durante o 14º Seminário Nacional de Resíduos Sólidos e 1º Painel Internacional de Resíduos Sólidos, realizados pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, entre os dias 16 e 18 de março.

O evento ocorreu de forma virtual, por videoconferência, e contou com apoio do Sindilurb, cujo presidente, Maurício Sigaud, falou na abertura sobre a importância de ações coordenadas entre as instituições para garantir a universalização do saneamento e fim dos lixões. “O Sindilurb se sente orgulhoso e honrado de participar deste seminário e se coloca à disposição, não só da ABES, como das autoridades federais, municipais e estaduais, para colaborar na efetiva solução dos problemas de destinação final de resíduos, não só de Minas como do Brasil inteiro”, ressalta.

O seminário ofereceu um amplo panorama sobre a situação do saneamento e destinação de resíduos sólidos frente às novas demandas impostas pela pandemia, tanto no Brasil quanto na experiência dos outros países participantes. Para o presidente da ABES, seção Minas Gerais, Rogério Siqueira, o sucesso do evento se deve à qualidade dos participantes, à urgência em se discutir soluções para o setor e à produção técnica de altíssimo nível. “O Seminário internacional nos mostrou que muita coisa está mudando na gestão dos Resíduos Sólidos, tanto no Brasil quanto no mundo, por conta dos impactos da Covid-19. Um dos enfoques apresentados por esses países está relacionado a questão do pagamento pelos serviços. O que seria muito importante, pois se as cidades passarem a cobrar, de forma justa, acabam por desafogar outros setores. Gastos com serviços de limpeza poderiam ser investidos, por exemplo, em saúde e educação, uma vez que esses serviços podem ser individualizados e pagos por cada cidadão”, salienta Siqueira.

## CENÁRIO INTERNACIONAL

A troca de experiências entre os países durante o seminário contribuiu ainda para entender a situação do Brasil quanto à gestão de resíduos e saneamento frente ao cenário internacional. “Tivemos um amplo panorama do que está acontecendo, tanto da América Latina, quanto da Europa e no restante do mundo. De uma maneira geral, percebo que cada país faz a gestão dos resíduos de um jeito. Cada um enfrenta uma situação peculiar, uma especificidade, até porque



Maurício Sigaud Ferreira reforçou a importância da união entre instituições para resolver o problema



Rogério Siqueira, presidente da ABES Seção Minas Gerais, comemora abrangência de soluções apresentadas no Seminário

os resíduos de cada país são o resultado de sua cultura de consumo. E quanto mais evoluído, menor é a produção de resíduos, enfim, um aprendizado enorme”, avalia Siqueira.

Com público final de 8.500 pessoas, o seminário contou com a participação de 53 palestrantes do Brasil, Portugal e vários países da América Latina, que contribuíram para os debates com os temas mais importantes do setor de saneamento e resíduos sólidos. Nos três dias de evento, o público

“  
O Sindilurb se sente orgulhoso e honrado de participar deste seminário e se coloca à disposição, não só da ABES, como das autoridades federais, municipais e estaduais, para colaborar na efetiva solução dos problemas de destinação final de resíduos, não só de Minas como do Brasil inteiro.

Maurício Sigaud

acompanhou oficinas gratuitas de educação ambiental, apresentação de trabalhos técnicos, lançamentos de livros e visitas técnicas virtuais.

## CONCURSO DE STARTUPS

A grande novidade dessa edição foi o Pitch Day Startups – Desafio do Saneamento com foco em Resíduos Sólidos, onde várias startups apresentaram soluções e tecnologias inovadoras, pensadas para o setor, focadas na redução de custos e no aumento de produtividade para as empresas. O desafio recebeu 23 projetos dos quais dez foram selecionados para se apresentação durante o seminário. Os três primeiros colocados receberão mentoria de profissionais da ABES e incentivos financeiros para acelerar os negócios.



## Secretária de Meio Ambiente, Marília Melo, revela metas para cumprimento do novo Marco Legal do Saneamento do Estado

Municípios sem infraestrutura para destinação final dos Resíduos Sólidos Urbanos podem receber investimentos de 15,1 bi até 2033

Em entrevista ao Sindilurb Notícias, a Secretária de Estado de Meio Ambiente, Marília Melo, fala sobre estimativas de investimentos para o setor e dá detalhes sobre o projeto de lei a ser enviado para a Assembleia Legislativa com objetivo de criar as Unidades Regionais de Saneamento. O projeto é fruto do grupo de trabalho de saneamento, que integra vários órgãos do Governo de Minas na busca de estratégias para acelerar o processo de adequação às exigências do novo Marco Legal do Saneamento, aprovado no ano passado.

**SN - Quais são os objetivos do Grupo de Trabalho de Saneamento e qual será o pontapé inicial para auxiliar os municípios a se adequarem ao novo Marco Legal do Saneamento? Como o grupo é composto?**

**MM:** O Grupo de Trabalho para propor a criação das Unidades Regionais de Saneamento Básico do Estado de Minas Gerais tem o objetivo de elaborar proposta para a criação das unidades, bem como analisar as alterações trazidas pela Lei Federal nº 14.026/2020, com vistas à subsidiar as ações do Estado na tratativa do tema. O grupo busca a contribuição de diversas instituições do Governo do Estado para estabelecer um modelo que subsidie a proposição dos blocos, com vistas à universalização do saneamento. No caso de resíduos é importante dizer que algumas premissas estão sendo utilizadas, como a própria organização já existente nos municípios em consórcios, além de um corte de população mínima a ser atendida e questões logísticas do transporte para a destinação final.

**SN - O governo de Minas Gerais está pleiteando com a Assembleia Legislativa a criação de Unidades Regionais de Saneamento Básico. Como funcionariam essas organizações e qual a importância desses arranjos regionais para acelerar o saneamento no Estado?**

**MM:** Elas funcionam com base no Novo Marco Regulatório (Lei 14.026/20), com a prestação regionalizada dos serviços na busca por dar viabilidade técnica e financeira à prestação dos serviços e assim alcançar os municípios de menor porte, promovendo a universalização dos serviços de saneamento. Conforme prevê o Novo Marco do Saneamento, as unidades regionais de saneamento básico precisam ser instituídas pelo Estado mediante lei ordinária. Como a proposta consolidada, o Estado encaminhará uma proposta para a Assembleia que, certamente, contribuirá nesse processo para um resultado efetivo ao Estado e municípios mineiros.

**SN - De que forma os municípios, que são gestores dos sistemas de saneamento e limpeza urbana, vão se beneficiar dessa estratégia?**

**MM:** Os municípios são os entes mais importantes, pois são os titulares dos serviços de saneamento. Assim, todo esse trabalho será realizado em estreita articulação com eles, para que possamos garantir o impulsionamento do saneamento no Estado. Os blocos partem do conceito de colaboração



Viviane Lacerda

“

A estratégia beneficia os municípios por viabilizar a prestação dos serviços de forma compartilhada.

Marília Melo

Secretária de Estado de Meio Ambiente

federativa, uma vez que municípios mais atrativos, do ponto de vista da prestação do serviço, são agregados em blocos para que todos tenham acesso à prestação de serviço de qualidade e a um custo que seja viável a todos os cidadãos. A estratégia beneficia os municípios por viabilizar a prestação dos serviços de forma compartilhada, o que diminui os custos para cada município, individualmente, e possibilita a implantação dos serviços em municípios com menor capacidade de pagamento.

**SN - Qual é a previsão de investimentos para o setor e como a nova política de saneamento pode ser atrativa para empresas de engenharia que trabalham com saneamento?**

**MM:** Segundo dados apresentados no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), elaborado em 2019, o total dos investimentos para implantação de soluções de destino final dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) nos municípios brasileiros que não disponham dessa infraestrutura, até o ano de 2033, é cerca de R\$ 15,1 bilhões. Para readequação ou ampliação da infraestrutura existente de destinação final dos resíduos sólidos, os investimentos previstos são de R\$ 13,6 bilhões, até 2033, incluindo o fechamento e recuperação de lixões e aterros controlados. O novo marco regulatório do saneamento trouxe a obrigatoriedade de licitação para concessão dos serviços de saneamento. Desta forma, empresas privadas podem concorrer igualmente com as empresas

públicas para prestação dos serviços. O que vai ser decisivo é o custo para o cidadão e a qualidade do serviço, como é a regra de mercado. Um ponto chave para garantir maior atratividade ao setor foi a obrigatoriedade imposta pelo Novo Marco, para que os gestores municipais instituíam cobrança pela prestação dos serviços públicos de manejo e gestão de resíduos sólidos urbanos. Isso irá garantir sustentabilidade econômica para que os municípios contratem empresas para adequarem a gestão dos RSU em seus respectivos territórios. Para além disto, a regionalização da prestação dos serviços traz escala e garante maior viabilidade econômica para que as empresas invistam no setor.

**SN - Segundo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), de 2013, serão necessários aproximadamente R\$ 2,4 bilhões de investimentos em resíduos em Minas Gerais. Quais são atualmente os percalços para garantir esses investimentos no setor?**

**MM:** As condições de densidade demográfica são um desafio, uma vez que Minas Gerais possui regiões com realidades distintas. As regiões Central, Sul, Leste e Zona da Mata possuem menor dimensão territorial e maior densidade demográfica, o que logicamente facilita a prestação dos serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos. As regiões Norte, Nordeste e Noroeste possuem municípios de maior dimensão territorial e grandes distâncias entre núcleos populacionais, o que torna mais cara a prestação dos serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos. Conseqüente, são essas as regiões que concentram o menor número de unidades de disposição final adequadas de resíduos sólidos urbanos. Com a criação das unidades regionais de gestão de resíduos espera-se ultrapassar essas barreiras e viabilizar investimentos para a prestação dos serviços em todas as regiões do Estado. Deve-se reforçar a importância do trabalho dos municípios no fomento à redução da geração, à coleta seletiva que propicie a reciclagem.

**SN - Quais são os principais desafios dos municípios referentes ao saneamento básico e destinação de resíduos sólidos do ponto de vista da execução de uma política eficaz e permanente?**

**MM:** Um grande desafio é garantir uma articulação intermunicipal perene que dê sustentabilidade técnica e econômico-financeira ao arranjo, com a instituição de planejamento estratégico que norteie o estabelecimento de políticas públicas duradouras. Uma das principais ferramentas para superar este desafio é a elaboração de Planos Intermunicipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. A cobrança pela prestação dos serviços, seja para abastecimento de água e tratamento de esgotos ou para gestão de resíduos sólidos urbanos, precisa ser implementada de forma a viabilizar economicamente a prestação adequada do serviço e promover recursos para investimentos em ampliação das infraestruturas com vistas à universalização. Essa construção de entendimento da sociedade sobre a importância da prestação do serviço e do custo associado a ele, deve ser trabalhado com conjunto dos entes federados.